

ARTIGOS OPINATIVOS E DE ATUALIZAÇÃO

DIVERSIDADES SEXUAIS E EXPRESSÕES DE GÊNEROS: OS DIREITOS À CIDADANIA

William Siqueira Peres¹; Rogério Amador de Melo²

SEXUAL DIVERSITY AND GENDER OF EXPRESSIONS: THE RIGHT TO CITIZENSHIP

Resumo: Este artigo se divide em três momentos: um panorama histórico-conceitual que dialoga com o ativismo político e emancipatório das lutas empreendidas pelo movimento LGBTTTI – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexos; um compilado teórico conceitual advindo de pesquisas e estudos acadêmicos; problematizações a respeito da emergência das homofobias, lesbofobias e transfobias.

Palavras-chaves: diversidades sexuais; gêneros; direitos humanos; cidadania

Abstract: This paper is divided into three stages: a historical and conceptual overview that dialogues with political and emancipatory activism of the struggles undertaken by LGBTTTI movement – Lesbian, gay, bisexual, transsexual, transgender and intersex; a conceptual theoretical compiled arising from academic research and studies; problematizations about the emergence of homophobia, lesbophobia and transfobias.

Keywords: sexual diversity; genders; human rights; citizenship

1. Professor do Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-graduação em Psicologia da UNESP/Assis; Doutor em Saúde Pública pelo IMS-UERJ e Pós-doutor em Psicologia e Estudos de Gênero pela Universidad de Buenos Aires.

2. Mestrando em Psicologia e Sociedade pela UNESP/Assis-SP. Psicólogo pela Universidade Paranaense – UNIPAR (2012) – Campus Sede Umuarama/PR.

História social, política e cultural de dissidências: do ativismo político à produção acadêmica.

As décadas de 1960 e 1970 podem ser consideradas como os mais importantes anos disparadores de acontecimentos sociais, políticos, intelectuais e culturais em diversas partes do mundo. O final da década de 1960 foi marcado como um período de muita contestação e rebeldia, sendo muito conhecida a referência ao maio de 1968 na França, mas também por diversas manifestações coletivas que eclodiam em outros países, tais como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, quando intelectuais, jovens estudantes, trabalhadores e trabalhadoras, negros e mulheres expressaram suas insatisfações diante dos conservadores arranjos sociais e políticos que se orientavam por teorias universalistas que, por sua vez, produziam um grande vazio acadêmico, colocando em discussão questões como segregação e discriminação que eram silenciadas pelo aparelho de Estado e seus seguidores. Surgiram, então, movimentos políticos e culturais que se solidarizaram com os grupos que eram colocados à margem ou desvalorizados por suas origens.

Em consequência dessas ações, alguns desdobramentos se efetivaram em acréscimo às preocupações sociais e políticas do movimento feminista que estavam em processo, tais como as lutas pela emancipação social e política de direitos de igualdades entre homens e mulheres, culminando em algumas construções teóricas e reflexivas emergidas pelas próprias mulheres que adentraram o universo acadêmico, ficando conhecido como a “segunda onda” do feminismo.

Foi, portanto, nesse contexto social e político que a emergência de livros, jornais e revistas fez surgir uma nova conjuntura discursiva para o universo acadêmico, demarcando o surgimento dos estudos sobre a mulher. Entre as mais evidentes publicações houve maior visibilidade para o célebre livro publicado na França por Simone de Beauvoir “O segundo sexo”, de 1949, sendo seguido nos Estados Unidos por “O feminino místico” de Betty

Friedman em 1963, e na Inglaterra por “Políticas sexuais” de Kate Millett, em 1969.

Em consonância com os estudos feministas, questões relacionadas aos estudos sobre as homossexualidades, avançarão em suas reflexões através do ensaio a respeito do papel do homossexual na Inglaterra, de Mary McIntosh (1968), promovendo o primeiro enfrentamento sobre as questões da identidade sexual. Este trabalho apenas obteve reconhecimento a partir da metade dos anos 1970, quando foi retomado por escritores que relacionavam questões do feminismo e da liberação gay. Esses estudiosos da história gay e lésbica deram início ao resgate de documentos e biografias invisíveis, negligenciados ou suprimidos por arquivistas e historiadores.

Jeffrey Weeks (1977) será reconhecido e considerado o primeiro historiador inglês a se interessar pelo estudo da sexualidade na Inglaterra. Recorrendo ao estudo de McIntosh sobre o papel da homossexualidade na Inglaterra, Weeks apresenta a distinção entre comportamento homossexual – universal – e identidade homossexual – desenvolvida histórica e culturalmente – pautado pela relação com a reorganização da família, gênero e do lar da Grã-Bretanha do século XIX. Em 1975, Gayle Rubin publica o celebre ensaio “Tráfico de mulheres”, criticando a visão essencialista de que sexualidade e reprodução estabeleciam os gêneros. Para ela, existe um aparelho social que toma as fêmeas como matérias-primas e molda as mulheres domesticadas como produto de troca. Neste ensaio a autora desenvolve o conceito de sistema sexo/gênero criticando o atrelamento desses termos entre si, evidenciando que nem sempre existem relações entre eles, muito embora esse sistema funcione como um dispositivo de organização das relações sociais e da sociedade como um todo.

Em 1984, Gayle Rubin apresenta o texto “Thinking sex” e sugere nova desconstrução do sistema sexo/gênero, dividindo-o em dois domínios, diferenciando sexualidade e gênero como sistemas distintos por requererem estruturas explicativas

próprias, mesmo que inter-relacionadas em circunstâncias históricas específicas. Em paralelo à vida acadêmica dessa época, os movimentos sociais caminhavam nas ruas e produziam o que irei denominar aqui de:

História dos enfrentamentos aos heterofascismos sexuais e de gêneros.

Em 28 de junho de 1969 ocorreu a revolta do Bar Stonewall, em Nova York – EUA, quando gays, lésbicas e travestis se aglutinaram e montaram barricadas na rua, enfrentando policiais que os perseguiam, espancavam e prendiam em nome da moral e dos bons costumes. Surgiu o movimento de contestação homossexual e três revistas foram criadas na ocasião: *Gay power*, *Come out e Gay*. Esse momento também é reconhecido como a data de origem das comemorações do “Dia Internacional do Orgulho LGBTTTTI (lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais)”, comemorado com marchas, paradas e outros eventos sociais, políticos e culturais que enobrecem as pessoas com orientação sexual e de gêneros não heterossexuais, quando na verdade o dia LGBTTTTI deve ser considerado todo dia, e não apenas somente um dia do ano.

Apesar da existência de iniciativas políticas de algumas organizações homossexuais antes da experiência do Bar de Nova York, tais como Comitê Científico Humanitário – fundado pelo alemão germano Magnus Hirschfeld em 1897 e fechado pelo nazismo –; e alguns grupos homossexuais americanos nos anos 1950 como *Mattachine Society* e *Daughters of Bilitis*, foi no final dos anos 1960 que se intensificou a politização e ocorreu uma transformação nos grupos homossexuais (quando diversos novos grupos começarão a surgir em diversas partes do mundo). Enquanto ocorria o enfrentamento do estigma e da discriminação no Bar Stonewall, em Nova York, no Brasil era experimentada a opressão da ditadura militar, que não só reprimia como prendia e matava as dissidências que não acatavam suas determinações

de ordem, respeito e submissão às ordens nacionalistas expedidas.

No ano de 1969, com o domínio da ditadura militar no Brasil, foi decretado o Ato Institucional n. 5, conhecido como AI-5, que estabelecia o fechamento do congresso, suspendia os direitos constitucionais, nomeando o general Emilio Garrastazu Médici como novo presidente do Brasil. Já nos anos 1980, com a eclosão da epidemia da AIDS, além dos estigmas e discriminações, novas formas de estigmatização recaíram sobre a comunidade homossexual brasileira, tendo os grupos LGBTTTTI que ampliar suas estratégias de lutas e acrescentar em suas agendas novas campanhas de conscientização na busca do enfrentamento da epidemia, que se processa por três vertentes: de esclarecimento sobre as formas de prevenção diante da infecção pelo HIV, do direito de acesso aos medicamentos e tratamentos da AIDS, e do enfrentamento dos estigmas vividos pelos portadores do vírus e doentes da AIDS, que na comunidade LGBTTTTI se somou aos já existentes em decorrência de suas orientações sexuais e expressões de gêneros não heterossexuais.

Paralelamente, os grupos específicos LGBTTTTI vêm privilegiando ações denominadas “políticas de visibilidades”, como modos estratégicos e críticos que permitam as pessoas de orientação não heterossexual a exercitar seus direitos de cidadania, tendo entre essas estratégias as chamadas “paradas” ou “marchas” que tornam públicas a existência dessas pessoas, através de reivindicações legítimas de direitos a ter direitos, ampliando a chamada inicial da insígnia *Gay*, para “*Marcha do orgulho lésbico-gay-travesti-transsexual e bissexual*”.

Após as vivências dos anos de repressão dos tempos da ditadura no Brasil, os grupos LGBTTTTI se esforçam atualmente para realizar acordos e projetos políticos emancipatórios com seus governantes, tendo organizado confederações amplas como ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais, fundada em 1995

no Brasil e que congrega atualmente mais de 200 grupos homossexuais espalhados por todo o país, porém, ainda encontrando resistências conservadoras por parte de grupos políticos e outros setores da sociedade, marcadamente influenciados pela igreja católica e evangélica e outras agremiações elitistas. Como consequência da ação política emancipatória, hoje esse grupo pode contar com a legalidade da união civil estável e o reconhecimento oficial dessas uniões como casamento.

Em 1993 aconteceu o I ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Liberados que trabalham com AIDS, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro-RJ, contando com a presença de 65 participantes. Em 1994 aconteceu o II ENTLAIDS na cidade de Vitória-ES, contabilizando a participação de 40 travestis. Desde então os encontros foram acontecendo anualmente e persistem até os dias atuais, com uma média de 150 a 200 travestis e transexuais advindos das mais diversas localidades brasileiras.

No ano de 2000, o VIII ENTLAIDS foi organizado em Cabo Frio-RJ, com 200 participantes. Neste encontro foi criada a Rede Nacional das Travestis (RENATA), até então, reunião fechada para pessoas que não fossem travestis, que viria dois anos depois a ser transformada na Articulação Nacional das Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA). Em 2004, foi realizado o XI ENTRAIDS (no encontro anterior ficou decidido que seria retirado a letra “I” de liberados, passando a ser identificado como Encontro Nacional das Travestis, Transexuais e Transgêneros (ENTRAIDS). O evento aconteceu na cidade de Campo Grande-MS, contando com a presença de 200 travestis. Foram com esses encontros que tornou-se possível conhecer as grandes lideranças nacionais do movimento brasileiro de TTT, e que de certa forma permitiu aproximações de amizade, respeito e admiração entre os diversos grupos, por uma comunidade singular que luta por seus direitos e constrói sua cidadania, permitindo uma maior aproximação com

as colaboradoras de nossa pesquisa de doutorado (PERES, 2015).

Essa dimensão social e histórica, constitutiva das cartografias existenciais das travestis brasileiras, produtoras de pontos de resistências frente aos processos de estigmatização, se coaduna com apontamentos de Parker (2002) de que

Ao focalizarem as questões internas, do poder do gênero sexual, de raça e de etnia, classe social e assim por diante, essas abordagens estimularam assim compreensões mais dialéticas da relação entre contextos e culturas locais, por um lado, e dos processos sociais e históricos mais amplos, por outro. (PARKER, 2002, p. 27.)

A partir dessas novas considerações, passamos a encontrar análises que contemplam aspectos sociais, econômicos e culturais que até então não eram considerados nos estudos sobre as travestis, passando a priorizar com mais ênfase o coletivo em detrimento do individual. Os ENTRAIDS são realizados anualmente e seguem com suas lutas emancipatórias e de reivindicação de direitos e respeito às identidades de gêneros nos diversos setores públicos e privados da sociedade.

Dos Estudos de Gays e Lésbicos aos Estudos Queer: processos de subjetivação em ação

Demarcado pela multiplicidade contemporânea de expressões sexuais e de gêneros, os Estudos Gays e Lésbicos tradicionais que concentravam estudos identitários sobre a comunidade homossexual em geral, são problematizados e dão lugar a um novo paradigma teórico e metodológico, os chamados Estudos Queer. As teóricas e teóricos desta perspectiva partem do pressuposto que as identidades são sempre múltiplas e descontínuas, constituídas por variações infinitas de possibilidades, pois sua configuração trás elementos relacionados com sexualidades, orientação sexual, raças e etnias,

classes sociais, expressões de gêneros, posições geracionais, nacionalidades etc.

Neste sentido, todas as identidades são entendidas como construções instáveis, transitórias, arbitrárias e excludentes. Suas configurações dependem de um exterior constitutivo que se processam através de relações de saberes e poderes. Seguindo essa vertente, os estudos voltados para as identidades de gays e lésbicas tiveram inicialmente uma influência grande da crítica literária, assim como dos estudos culturais feministas, compondo o que viria a ser chamado de “queer theory”, possibilitando interfaces entre a produção das identidades, os processos de subjetivação, a comunidade e a ordem dos discursos.

Esses estudos se tornaram importantes a partir do momento que fomentaram novos insights, novas questões a respeito dos modos de vida gays e lésbicos, expressões de travestis e transexuais, intersexualidades e bissexualidades, considerando que as formas de abordagens teóricas e metodológicas existentes até então já não se mostravam satisfatórias.

O surgimento da “queer theory”, ou ainda de uma política queer, surge nos anos 1990, articulada pela produção de um grupo de intelectuais que, embora tivessem discordâncias em suas análises internas, apresentavam algumas aproximações significativas. Uma das contribuições mais importantes para a formulação de uma “queer theory” tem sido marcada pelo pensamento de Michel Foucault, mais precisamente pelos estudos sobre as sexualidades e suas implicações discursivas, as conexões possíveis entre saber e poder, no tocante às problematizações a respeito dos engendramentos pelos quais as práticas sexuais são autorizadas para o exercício dos prazeres, como as pessoas lidam com seus próprios corpos e expressões, forjando classificações das espécies e montando uma tipologia sexual.

Trata-se da metodologia de desconstrução dos mitos e dos preconceitos, de subversão dos

valores e normas, dando passagem para que a diferença e a singularidade tenham espaço de expressão. Uma das críticas mais contundentes da queer theory, ao repensar as referências teóricas que colocam em análise, diz respeito à perspectiva dos binarismos, buscando reverter valores e sentidos que são atribuídos às expressões sexuais e de gêneros de que uma pessoa deva se fixar a um modo identitário único e absoluto, propondo que ao invés da proposição “isso” OU “aquilo”, mudemos para “isso” E “aquilo”.

Judith Butler, em seu livro “Problemas de gênero” (2003), desenvolve problematizações críticas sobre o sistema sexo/gênero iniciado por Gayle Rubin, acrescentando a dimensão do desejo e as práticas sexuais, que se apresenta como ferramenta da heteronormatividade, que determina que uma pessoa, ao nascer com sexo macho, terá um gênero masculino, seu desejo seja heterossexual e sua prática sexual será ativa, enquanto que se nascer com sexo fêmea, seu gênero será feminino, seu desejo heterossexual e sua prática sexual passiva. Dentro dessa lógica não existe possibilidade de qualquer variação a essas formações identitárias, e, se acaso a pessoa expressar alguma alteração dessas premissas, seu reconhecimento perde inteligibilidade e torna-se impossível a compreensão, aceitação e a valoração positiva. Tratam-se de lógicas normativas que não reconhecem o ser humano como múltiplo e diverso para centralizá-lo no formato do uno, absoluto e totalizado.

De modo crítico a essa determinação Michel Foucault (1988) nos adverte que

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os

discursos. (FOUCAULT, 2005, p. 30.)

Tomada por essa advertência, Eve Kosofsky Sedgwick em seu livro “A epistemologia do armário” (1998), dialoga com Foucault e coloca as sexualidades e os gêneros em análises, a partir da ideia de um dispositivo social e histórico de saber-poder em que os corpos são disciplinados e regulados nas relações que estabelecem com o mundo, com os outros e consigo mesmos. A perspectiva de Sedgwick será reconhecida por diversos autores como o ponto inicial da *queer theory*. Em suas críticas aos regimes binários de análises sobre as identidades, Eve Kosofsky Sedgwick pergunta se haveria sentido discutir se a identidade é uma essência ou uma construção social.

Para ela, este debate não seria mais do que uma nova armadilha do poder, pois, se tomamos a homossexualidade como essência, abrirá a possibilidade de uma política de extermínio sobre a qual até os sócios biólogos já alertaram a respeito, e se é uma construção a homossexualidade poderá ser considerada como uma escolha, por tanto, será criminalizada. Como alternativa Sedgwick faz a proposta de deslocar o plano de imanência da oposição, sem optar por uma ou outra e mudar o regime mesmo da sexualidade.

Nesta configuração, Gayle Rubin, em seu texto “Pensando o sexo” (1984), problematiza a respeito da existência de uma pirâmide erótica que determina normatizações e privilégios diante de posições padronizadas de sexo higienista, no qual o seu topo seria primeiro habitado por casais heterossexuais casados, monogâmicos e com filhos, decrescendo por casais heterossexuais não casados, e logo abaixo, se situariam os casais de gays e de lésbicas que convivem em matrimônio monogâmico. Conforme as pessoas vão se distanciando dessas demarcações apontadas elas passam a perder privilégios e respeitabilidade por praticarem atos e prazeres que escapam dos modelos reprodutivos e higienistas determinados

como padrão.

Seguindo essas determinações, as pessoas gays e lésbicas que frequentam boates, bares temáticos voltados para o público GLS, saunas e/ou parques para encontros sexuais são mal vistos não só pelos heterossexuais mais moralistas como por outros gays e lésbicas que ocupam lugares normativos e assépticos da moral vigente e que acreditam ser pessoas dotadas de regimes de verdades que os qualificam como certos e melhores do que os demais. Posto dessa forma, podemos demarcar diferenças de classes sociais, de raças/cor, de estéticas corporais, presentes nas relações entre pessoas LGBTTTI, e, que, diante desses marcadores sociais e sexuais de estigmas, se sentem autorizadas para estigmatizar, discriminar, violentar e excluir, amparadas pela lógica narcisista que delega poder para o exercício de arbitrariedades.

Mesmo nas análises iniciais realizadas por Eve Sedgwick na “Epistemologia do armário” as desigualdades sociais já se faziam presentes. As relações sociais, afetivas, sexuais e amorosas vividas pelas mulheres são construídas através da experiência da subordinação na relação com os homens, impossibilitadas de expressar desejos próprios e de serem reconhecidas em suas singularidades. Em suas análises defende que a homofobia, neste sentido, se associa à misoginia, exacerbando o machismo e que não se efetiva apenas nas relações de intimidade, mas se apresenta como elemento fundante das relações sociais e de poder.

Nesse panorama, conforme aponta Richard Miskolci (2009), esse primeiro estudo *queer* estremeceu as crenças conceituais a respeito da concepção usual da heterossexualidade ao mostrar a história de sua construção e demonstrar que não há nada de natural e/ou de essencial em sua formatação, mas que traz em si mesma uma determinação, logo, ninguém nasce heterossexual, mas torna-se assim em decorrência das imposições reguladoras e disciplinares feitas pela sociedade e

suas instituições de controle e regulação. Assim, em uma heterossexualidade compulsória, as práticas do poder podem ser vistas como modeladoras dos processos de socialização de modo a impor regimes de verdades para que as pessoas sejam reconhecidas, aceitas, respeitadas e inseridas nas principais instituições sociais, tais como, família, escola, igreja etc.

Para problematizar a respeito das dissidências sexuais e de gêneros que escapam das capturas do sistema heteronormativo Eve Sedgwick coloca em análise as condições de medo, vergonha e impotência pelas quais muitas pessoas se sentem tolhidas na expressão de seus desejos sexuais e de gêneros e se mantêm aprisionadas em decorrência de um forte dispositivo de regulação da vida social: o armário. Para ela, o armário funciona como modo de controle que atua sobre os corpos, os desejos e as paixões das pessoas que amam e se relacionam com pessoas do mesmo sexo, e, ao mesmo tempo, como modo de dar privilégios às pessoas que amam e se relacionam com pessoas do sexo oposto, dando manutenção à ordem heteronormativa e às instituições que lhe dão sustentação. Neste sentido, estar/viver no armário configura tanto os amores e práticas sexuais secretas, possíveis apenas de se expressarem nos espaços privados e intimistas dos quartos, quanto de reificar a crença de que somente os amores e práticas sexuais heterossexuais são autorizados a se expressarem livremente à luz do dia e em público.

Como analisa Miskolci (2009), o armário é uma forma de regulação da vida social presente na vida das pessoas que ousam amar os seus iguais, marcados pelo temor e as consequências advindas das esferas familiares, laborais e públicas. Ele se funda no segredo, na mentira, mas também, na farsa e na vida dupla.

Essas vivências, por sua vez, contribuem e incentivam a manutenção do segredo, a excessiva vigilância diante de vulnerabilidades de exposição, o fechamento em si mesmo e a condição do aprisionamento no armário, reificando as práticas

homofóbicas/lésbofóbicas/transfóbicas (expressão de ódio, nojo ou repulsa) externas aos sujeitos, e a efetivação da homofobia/lesbofobia/transfobia internalizada nos mesmos.

Para avançarmos em nossas análises a respeito das expressões das sexualidades e de gêneros na contemporaneidade, precisamos problematizar como o dispositivo de sexualidades e de gêneros interfere nos processos de subjetivação que compõe as diversidades sexuais e de gêneros.

Nessa perspectiva, tomando as sexualidades e os gêneros como ponto de partida de problematização sobre a emergência de novos arranjos-identidades sexuais e de gêneros na contemporaneidade, podemos perceber o surgimento de metodologias e de abordagens teóricas que rompem com as tradicionais leituras a respeito desses arranjos-identidades, antes associados a uma perspectiva binária e essencialista, mais precisamente sob orientação da biomedicina, para tomar as variadas formas de expressão das sexualidades e dos gêneros como sendo mediadas por determinações psicossociais, históricas e culturais (PARKER, 1991; 2002; WEEKS, 1999; VANCE, 1995; SCOTT, 1995; LOURO, 1999). Dentre as contribuições para problematizar as sexualidades, chamamos a atenção para os estudos realizados por Carole Vance (1995), que questionam a pesquisa antropológica e a pesquisa das sexualidades, confrontando duas abordagens principais: o essencialismo e o construcionismo social.

Carole Vance dialoga com Gayle Rubin e apresenta argumentação contra a visão essencialista, fundamentada na ideia de que as sexualidades e a reprodução seriam determinantes na diferenciação dos gêneros. Em contraposição, a autora investiga e denuncia todo um aparato social de domesticação das mulheres, ao serem transformadas em matérias-primas de trocas mercantilistas, forjando um sistema sexo-gênero, entendido como: “[...] o conjunto de medidas mediante o qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da

atividade humana e essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 2).

Este sistema sexo-gênero apresentado por Gayle Rubin denuncia a tendência essencialista de naturalizar e igualar as relações de gêneros, assim como a própria sexualidade, como sendo meramente da ordem reprodutiva e instintiva. A autora nos adverte que esse sistema ainda é determinante nos modos de classificações usados sobre as expressões e práticas sexuais contemporâneas, propondo rompimento com essas abordagens, de modo a tomar as sexualidades e os gêneros como consequências das transformações sociais (RUBIN, 1993). Em suas análises, Rubin se apropria do disparador analítico que Foucault (1988) constrói a respeito da ideia de um “dispositivo da sexualidade”, o qual associa as práticas sexuais às práticas de saber poder que, por sua vez, toma o sexo como um dispositivo de controle dos corpos e de regulação das populações. Esse dispositivo da sexualidade, segundo Foucault (1993), é:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode manter entre esses elementos. (FOUCAULT, 1993, p. 244.)

O dispositivo da sexualidade toma o sexo como seu objeto, de modo que as práticas sexuais são orientadas pelo exercício do poder, que captura e disciplina os corpos, regula as populações e domestica o desejo, reificando-se através de sua disciplina mais violenta, o biopoder. Do lado das disciplinas as instituições como o exército e as escolas, preocupando-se com as questões táticas, da aprendizagem, da educação e a ordem da sociedade, produzem discursos, significados e sentidos determinantes para o controle dos corpos

e seus prazeres, instituindo identidades sexuais e de gêneros engessadas pelas imposições da fisiologia e da reprodução. Do lado da regulação das populações, a demografia, atendo-se a respeito da relação entre recursos e habitantes, as concentrações das riquezas e sua distribuição, a duração da vida, produz o dispositivo de segurança, que estará presente em todas as instâncias das sociedades modernas.

Como dimensão política do dispositivo de segurança a ação reguladora se incide sobre a economia (políticas econômicas) e sobre o desejo (políticas do desejo) produzindo controles e regulação que estabelecem políticas sobre a vida. Essas políticas determinam a circulação das pessoas pela cidade, os espaços autorizados para o comércio, habitação e/ou lazer, mas também, a regulação e a permissão sobre o que e como as pessoas podem desejar. Tal articulação da cultura econômica e política com os processos desejantes comporiam os modos de existência dos sujeitos, logo, de produção e delimitação de territórios geopolíticos existenciais.

Essas disposições articularão os agenciamentos concretos que constituirão a grande tecnologia do poder do século XIX e que persistirá até os dias atuais: o dispositivo da sexualidade e o dispositivo de segurança que, aliado ao dispositivo dos gêneros, impõe como modelo normativo e serializado o homem branco, classe média, heterossexual e produtivo, constituindo sujeitos restritos às normativas do sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais que funciona dentro de uma perspectiva binária, reducionista e falocêntrica, cristalizando e fixando os determinantes de como deve ser e funcionar um homem e uma mulher através do modelo heteronormativo na contemporaneidade.

As reflexões sobre as tecnologias de poder nos permitem transpor essa ideia para tecnologias de sexo, engrenagens dos corpos que se efetivam por técnicas e posições determinantes de uma higiene asséptica moral que atribui ao sexo uma

lógica mecânica reprodutiva, aproximando-se de referências binárias que estabelecem uma saúde sexual, efetivada por uma medicina sexual, que tem como maior expoente a Sexologia.

A medicina sexual estabelecerá parceria com a educação sexual voltada para o adestramento dos corpos em função da procriação, todavia, uma pedagogia queer defendida por Débora Britzman (1999) criticará a ideia de educação sexual considerando que a educação estaria associada à ideia de disciplina, de regulação e controle das sexualidades.

Jeffrey Weeks (1999) tem problematizado o determinismo biológico, insistindo na visão da sexualidade como uma construção social e histórica, evidenciada por situações concretas. Coloca sob suspeita a visão essencialista, que reduz as sexualidades e os gêneros à uma determinação biológica, restrita à uma fisiologia reprodutiva e uma filosofia moral; adverte para o fato dos estudos e pesquisas sobre sexualidades sempre terem sido feitos por homens, deixando claro que os discursos sobre a sexualidade, especialmente a sexualidade feminina, sempre foram construídos por meio de uma linguagem masculina, evidenciadas por superposições de experiências masculinas, cuja metáfora mais comum está associada à ideia de penetração e de descarga sexual (WEEKS, 1999; LAQUEUR, 2001).

Neste sentido, problematizar a respeito das sexualidades e dos gêneros solicita diálogos intensos e fecundos com os movimentos sociais emancipatórios, dada a dimensão política em que se inserem tais categorias e as suas dimensões na produção da subjetividade contemporânea.

Apesar de múltiplos devires em ação que participam da construção das sexualidades e dos gêneros, ainda há a presença de uma visão reducionista amparada por uma concepção que toma o corpo e a sexualidade como expressão de uma verdade, regulada pela ação do biopoder, que estabelece o limite do aceitável. No entanto, uma orientação mais política tem estado presente nas

discussões e ações norteadoras dos movimentos sociais, entre eles os voltados para a defesa dos direitos humanos, em interface com as organizações não governamentais de orientação feminista e emancipatória, assim como com o movimento LGBTTTI – que reivindicam a inclusão dos direitos sexuais como direitos humanos –, além de emancipação psicossocial, política e cultural que promovem políticas inclusivas e participação cidadã.

Contudo, tão importante quanto o dispositivo da sexualidade, um dispositivo de gêneros, centrado na ordem dos discursos masculinizantes-feminilizantes, participa dos modos de subjetivação das pessoas, que ao serem atravessadas por valores, discursos e significados diversos, constituem-se e tornam-se constituintes de determinados modos de relação com o mundo, com si mesmo e com os outros, variando em intensidades de captura, normatização, cristalização e intensidades de devires outros em ação.

Uma possível conceituação sobre gênero é apontada por Louro (1999):

A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 1999, p. 11).

Na perspectiva feminista teórica queer, encontramos alguns estudos desenvolvidos por Butler (2003) a respeito da construção do sexo, da performatividade de gênero e da abjeção dos corpos. Orientada por Michael Foucault, resgata a metodologia genealógica de base nietzschiana e problematiza os saberes, de modo a mapear as dimensões éticas e políticas que engendram

práticas disciplinares e de controle dos corpos, das sexualidades e dos gêneros. Essas dimensões estão presentes nos processos normatizadores de subjetivação e são determinantes nos processos de captura dos corpos e cristalização dos desejos. Qualquer expressão sexual ou de gênero que escape das estratificações normativas corre o risco de experimentar processos de estigmatização, discriminação, violência e exclusão, gerados e geradores de intensos sofrimentos psicossociais, sendo transformados em abjeções. Essa é a ideia de corpo abjeto apresentado por Butler (2003).

Os movimentos sociais voltados para a comunidade LGBTTTI têm atuado em muitas frentes (saúde, educação, trabalho, segurança pública, direitos humanos), reivindicando direitos civis, econômicos, sociais e políticos, na busca da emancipação de seus pares e no resgate da dignidade humana, na busca da promoção de saúde global em uma perspectiva psicossocial e coletiva. Essas lutas mostram a necessidade urgente da criação de políticas inclusivas e emancipatórias que possam contribuir para a erradicação das violências, em destaque para a doméstica e sexual vivida por mulheres lésbicas e não lésbicas, no combate e a erradicação das homofobias, lesbofobias e transfobias, assim como diversas reivindicações de direitos, entre elas a legalização do aborto, jurisprudências e facilitação para mudança de documentos de travestis e transexuais, legalização da adoção de filhos por LGBTTTI e do reconhecimento do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo por todas as instituições sociais.

Marcadas pelas crises dos paradigmas contemporâneos, todas as expressões sobre as sexualidades e os gêneros entraram em processos de desterritorialização, desequilibrando as identidades tidas, até então, como fixas e absolutas, desestabilizando as referências de gêneros. Assim, avançando em suas análises a partir da referência de tecnologias do sexo apresentado por Foucault (1988), Tereza de Lauretis (1994) cria o conceito de

tecnologias de gênero, em que ela afirma:

A constelação ou configuração de efeitos de significados que denomino experiência se altera e é continuamente reformada, para cada sujeito, através de seu contínuo engajamento na realidade social, uma realidade que inclui – e, para as mulheres, de forma capital – as relações sociais de gênero. [...] a subjetividade e a experiência femininas residem necessariamente numa relação específica com a sexualidade. (LAURETIS, 1994, p. 228.)

Se, por um lado, podemos refletir sobre as tecnologias de gêneros em seus aspectos significativos de captura e aprisionamento subjetivos, por outro, pode-se fazer referência às relações entre gêneros e identidades, porque o gênero é a nossa identidade primeira, é aquilo que atribui existência significável para os sujeitos, qualificando-os para a vida no interior da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2003). Tanto as sexualidades quanto os gêneros são elementos fundantes e constitutivos da subjetividade, logo participa da feitura dos sujeitos, porém, Lauretis (1994) alerta que é preciso separar gênero da diferença sexual e passar a conceber o gênero como produto de várias tecnologias (efeito da linguagem, do imaginário, do desenvolvimento complexo de várias tecnologias políticas produzidos nos corpos).

Para Tereza de Lauretis somos todos interpelados pelo gênero, lembrando que a interpelação é “[...] o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária.” (LAURETIS, 1994, p. 220.)

Complementando e ampliando as reflexões de Tereza de Lauretis, Beatriz Preciado (2008) em seu livro “Testo Yonqui” aponta que o conceito de gênero está relacionado a uma série de maquinarias, de técnicas de normatização e de transformação dos seres humanos (fotografias

dos “desviados”, identificação celular, terapias hormonais, análises cromossômicas, mudanças estéticas, cirurgias transexual e intersexual), que por si mesmas nos levaria a falar de “tecnogênero”, dadas as suas relações com as técnicas fotográficas, biotecnológicas, cirúrgicas, farmacológicas, cinematográficas que constituem a materialidade dos sexos. Neste sentido podemos retornar às discussões feitas por Rubin (1999) ao propor o desmantelamento do sistema sexo-gênero, considerando as opressões experimentadas pelas mulheres e dissidências sexuais, diante das normatizações estabelecidas pelo patriarcado e pelo heterossexismo, e que são denunciados por diversas pesquisadoras feministas, a partir de Adrienne Rich (1986), como “heterossexualidade compulsória”.

Nessa linha de pensamento, as imagens e as práticas sociais, sexuais e de gêneros realizadas pelas travestis e transexuais se confrontam com as premissas de sexo e gênero tradicionais, dadas as suas categorias desordenadas, que borram os limites imagéticos e inteligíveis que tínhamos, até então, a respeito do que seria da ordem do masculino e do feminino. As travestis e transexuais apresentam, nesse sentido, uma desconstrução do que seria coerente e suportável, frente aos conceitos de sexo, gênero, sexualidade, prática sexual e desejo, iluminando definitivamente uma tendência “queer”.

Romper com o binarismo favorece outro modo de análise, que se orienta por modos de subjetivação nômades e vibráteis, que efetivam expressões sexuais e de gêneros como categorias em construção permanente, dentro de um continuum infinito de arranjos logo, em processos de desterritorialização e reterritorialização frequentes, que impedem qualquer ideia de fixidez, universalidade ou de verdade absoluta e acabada. Romper com os dualismos e os valores e conceitos universais também implica colocar em tela os efeitos que as identidades tomadas como acabadas produzem em todos nós e que limitam

as possibilidades de ampliação e de percepção das multiplicidades que compõe as diversidades sexuais e de gêneros.

Há uma padronização que define que identidades podem ser reconhecidas como boas respeitáveis e aceitáveis e quais seriam catalogadas como más perigosas e desprezíveis. Essas categorias na maioria das vezes vêm carregadas de preconceitos adquiridas através da ordem de discursos que Foucault (1999) desenvolveu em sua aula inaugural no *College de France*. Os discursos funcionam como dispositivos de regulação e controle dos corpos, produzindo regimes de verdade, ou vontade de verdades, para que nos aliemos às premissas do poder, para que sejamos reconhecidos como normais e como superiores às outras expressões da existência que escapam a essas mesmas regulações.

Esses sistemas discursivos têm por finalidade exacerbar os modelos normativos identitários e desprezar e interditar as expressões identitárias que resistem e enfrentam o poder fazendo uso do mecanismo disciplinar como estratégia regulatória. De modo complementar, Foucault (1999) esclarece que:

A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites para o jogo de uma identidade que tem a forma para a reatualização permanente das regras. Tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser, princípios de coerção, e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva. (FOUCAULT, 1999, p. 10.)

Essas determinações disciplinares prejudicam as tentativas ampliadas de convívio com as diferenças, com as expressões humanas

que destoam das crenças que fomos levados a acreditar enquanto modelo único, ascético e reducionista de sermos sujeitos; aí fica complicado pensarmos nos modos humanos de viver que se ampliam dentro das formatações que podemos chamar de diversidades sexuais e de gêneros para o humano.

Algumas problematizações possíveis a respeito da noção de identidade podem ser encontradas nas publicações advindas dos estudos queer, e neste sentido, seguindo os passos de Suzana Lopes Penedo (2008) podemos constatar que o carro chefe de problematizações feitas pelos teóricos queer dizem respeito aos usos e abusos da categoria identidade, pois entendem a mesma como excludente ao situar-se como marca individual em oposição a outros marcadores sociais da identidade, tornando-a restrita a um lugar no mundo que por si mesmo se mostra como opositora e fascista.

Nesta direção, David Córdoba Garcia (2005) aponta para a urgência de uma crítica a noção de identidade, de modo a definir uma posição antiessencialista que nega qualquer tentativa de naturalização, fixidez e totalização. A identidade sexual e de gênero neste sentido não pode ser tomada como expressão de um interior natural e/ou essencial, pois a ideia da existência de uma essência interior nada mais é que o efeito regulatório provindo da própria identidade que, por sua vez, é uma manifestação da exterioridade (PERES, 2013).

Aqui fica patente que o sujeito é construído por processos múltiplos e complexos que não antecedem a ele mesmo, o que por sua vez nos remete ao espaço político em que as negociações de ocupação de certos lugares no mundo se fundam, promovendo assim a subversão de valores, sentidos e discursos normativos que se pretendem universais e imutáveis. De acordo com Córdoba Garcia (2005) e Penedo (2008) a identidade apresenta em seu bojo uma dimensão de exclusão e de extermínio de toda e qualquer outra marcação

identitária, reificando o sistema sexo/gênero/desejo e suas determinações binárias e universalizantes. Demarcando essa dimensão de exclusão que habita a identidade, Córdoba Garcia (2005) parte da ideia de que o espaço discursivo que emerge a identidade não a determina de antemão, logo, sua afirmação se constrói diante da possibilidade de sua resignificação em espaço aberto e de sua interação, o que por sua vez denota que suas determinações de significados e de conteúdos por meio da exclusão e repressão de outras formas identitárias possíveis. Para Garcia, há que se ater aos processos identitários em sua produção, de modo a clarificar que para uma identidade se fixar ela precisa excluir diversas outras formas identitárias, porém, ao fazê-lo ela encobre esse processo de modo a dar a ideia de que a identidade seria uma essência, algo que as pessoas já nasceriam com ela, e, portanto, não permite sua problematização, pois aquilo que se mostra natural não pode ser transformado ou conectado com outros campos de possíveis.

Seguindo ainda os passos de Córdoba Garcia (2005), pensar sobre a identidade somente será possível se considerá-la como espaço político em que se possa intervir (e de fato se intervém) para modificar seus termos, para redesenhar seus limites, para incluir posições antes excluídas, para resignificar as posições existentes. Esses determinantes identitários abrem precedentes para que se possa problematizar a respeito dos processos de subjetivação que individualiza e aprisiona o sujeito em uma única dimensão identitária, e, neste sentido, Preciado (2008) propõe que todo esse engendramento dos discursos normativos determinantes das identidades sexuais e de gênero que se materializa nos corpos se daria através de tecnologias e programações de sexo e de gênero, sendo entendida como:

[...] tecnologia psicopolítica de modelização da subjetividade que permite produzir sujeitos que pensam e atuam como corpos individuais, que se

auto compreendem como espaços e propriedades privadas, com uma identidade de gênero e uma sexualidade fixa. A programação de gênero parte da seguinte premissa: um indivíduo = um corpo = um sexo = um gênero = uma sexualidade. Desmontar essas programações de gênero (...) implica “um conjunto de operações de desnaturalização e desidentificação”. (PRECIADO, 2008, p. 90.)

Na transcontemporaneidade podemos perceber a existência de diversos modelos de programação de sexo e de gênero, marcados pelo momento social e histórico, político e cultural que se atualizam de acordo com as negociações de saber poder prazer que aproximam e/ou distanciam suas atrizes e atores envolvidos nos processos sociais e políticos de emancipação. Serão por meio de tecnologias de sexo e de gênero que poderemos problematizar a respeito das configurações que comportam a produção das diversidades sexuais e de gêneros, partindo então, das dimensões sociais, políticas e culturais que as constituem.

Problematizações a respeito da emergência das homofobias, lesbofobias e transfobias.

Para a efetivação do respeito às expressões sexuais e de gêneros ainda temos alguns enfrentamentos que demandam ações específicas, desde direitos de circulação pelo mundo, como de composições afetivas e amorosas que possam ser reconhecidas e contempladas por políticas de afirmação dos desejos, o que fica claro que, para além de políticas de identidades, são necessárias políticas de solidariedade.

Como modo de problematização aos fascismos identitários, a primeira linha de resistência aos imperativos heteronormativos e falocêntricos nos remete ao enfrentamento das homofobias, das lesbofobias e das transfobias. A homofobia vem sendo definida por vários autores, tais como, Daniel Borrillo (2001), por Didier Eribon (2001), por Olga Viñuales (2002) como manifestação de repulsa, ódio e nojo de uma pessoa em relação a

homossexuais.

Para Daniel Borrillo (2001) a homofobia teria duas dimensões: uma dimensão afetiva/emocional que manifesta repulsa aos homossexuais, e uma dimensão cultural que rechaça a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. Segundo Borrillo, essas dimensões (afetiva e cultural) clarificariam a respeito de situações bastante comum, em que algumas pessoas “toleram” conhecidos(as) e amigas(os) LGBTTTI, mas não concordam e/ou defendem políticas de equivalências de direitos.

De modo concomitante, a homofobia também pode acontecer entre os próprios homossexuais, considerando os discursos ouvidos durante a infância e a adolescência de que desejar pessoas do mesmo sexo seria pecado, doença ou crime, que seriam desviantes se não se conformassem com os heterossexismos; mas também devido à variação de estéticas e narrativas que compõem as homossexualidades, as diversas formas de expressar a homossexualidade, e que, quando associada a outra marca estigmatizante – classe, raça/cor, gênero, geração, estética, deficiência física e/ou sensorial etc. – intensifica a experiência da exclusão.

A homofobia quando interiorizada (no armário), se encarrega de produzir baixa auto-estima, sentimentos de insegurança, ansiedades, inibições intelectuais, afetivas e sexuais, dificuldades de socialização, fechamento em si mesmo, e como última consequência, tentativas e efetivação de suicídios. A esse respeito nos aponta a mexicana Marina Castañeda (1999):

A homofobia interiorizada não tem fim: ela ressurgue, sob diferentes formas, ao longo do ciclo vital. Complica a percepção que o homossexual tem de si mesmo e dos outros; colore todas as suas relações interpessoais assim como o seu projeto de vida e sua visão de mundo. Constitui provavelmente a diferença subjetiva mais importante entre homossexuais e heterossexuais.

A palavra “homofobia” significa medo ou rejeição da homossexualidade. Esse medo pode parecer instintivo, como o medo do fogo, mas não o é. Constitui mais um fenômeno cultural que está longe de ser universal, e que reveste diferentes formas e significações segundo o contexto. (CASTAÑEDA, 1999, p. 71.)

Ainda voltado para a terminologia, queremos esclarecer que a ideia de homofobia tem muito mais proximidade com as pessoas gays, marcadas por especificidades que produzem corporalidades, figurações e narrativas que dizem respeito a processos de subjetivação normatizadores que produzem sujeitos homens gays, enquanto no caso de mulheres lésbicas suas especificidades enquanto corporalidades, figurações, necessidades e discursos, propõem o uso da palavra lesbofobia, definido pelo Dicionário gay-lésbico de Félix Rodríguez (2008, p. 250) como posição que mostra fobia ou aversão às lésbicas por homens e mulheres heterossexuais; para as travestis e transexuais, pelo mesmo modo de especificidades que lhes são próprias, recomenda-se o uso da palavra transfobia, problematizada e definida por Louis-Georges Tin (2003), considerando suas especificidades corporais, emocionais e sociais, assim como suas reivindicações de respeito e positividade das expressões de gêneros, ao seu nome social e direitos comuns entre os pares de sua comunidade.

A pesquisa realizada por Fernando Silva Teixeira-Filho e Carina Rondini (2009) no Brasil, a respeito de tentativas de suicídios por adolescentes LGBTTTI (lesbo/trans/homo-suicídio) em situação escolar, em decorrência de vivências lesbofóbicas, homofóbicas, transfóbicas e/ou por homofobias e lesbofobias internalizadas, mostrou ter encontrado os mesmo resultados anteriormente apresentados por pesquisas internacionais, que apontam que em cada dez adolescentes entrevistados em situação escolar, três já havia pensado ou tentado suicídio em decorrência de sua orientação sexual ser

LGBTTTI.

Diante dessas demarcações e dos índices de assassinatos e suicídios resultados dos efeitos das homofobias, lesbofobias e transfobias fica evidente o quanto milhares de pessoas tem restringido o direito de ser, estar e circular no mundo, o direito à vida negado. Essas constatações abrem precedentes para falarmos da necessidade da urgência de políticas públicas viáveis e inclusivas daquelas e daqueles que ousam se expressarem como dissidentes sexuais e de gêneros diante do heterossexismo.

O direito a ter direitos para os LGBTTTI: a cidadania acessível para todas e todos.

Desde a década de 1990 vem sendo efetivado pelos movimentos sociais, em particular pelo movimento homossexual e das travestis e transexuais no Brasil, lutas e reivindicações pelo reconhecimento de direitos da população LGBTTTI. Muitas ações foram realizadas entre o movimento homossexual e de travestis e transexuais brasileiros e diversas esferas do poder público e privado, quer através de financiamentos de projetos advindos dos Ministérios da Saúde, da Educação, da Cultura, quer através de secretarias estaduais e municipais de diversos estados e cidades do país. De modo complementar aos financiamentos advindos dos ministérios ainda temos projetos financiados pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, ligada diretamente à presidência da república, que financiam projetos voltados para a defesa dos direitos humanos e de promoção da cidadania, promotores das campanhas “Brasil sem homofobia” e “Travesti e respeito”.

Entre as ações realizadas pelos estados e cidades podemos considerar diversas estratégias de combate às homofobias, lesbofobias e transfobias, através de leis sancionadas que punem pessoas e estabelecimentos públicos que discriminarem pessoas LGBTTTI; em uma primeira instancia essas pessoas e estabelecimentos públicos são alertados com uma advertência por escrito dos

atos discriminatórios exercidos; em uma primeira reincidência são multados financeiramente, que variam em valores de acordo com cada cidade, e, em segunda reincidência têm seu estabelecimento fechado. No caso específico das travestis, homens e mulheres transexuais além das leis punitivas que contemplam as discriminações por transfobias, temos decretos que visam garantir respeito às identidades de gêneros de modo que sejam tratadas de acordo com o gênero, ou seja, travestis e mulheres transexuais deverão ser reconhecidas e tratadas pela inflexão feminina, enquanto homens transexuais serão reconhecidos e tratados pela inflexão do masculino.

Esses decretos de respeito às identidades de gêneros se encontram em vigor dado através de portarias emitidas pelo Ministério da Saúde, da Educação, Ciência e Tecnologias e da Cultura. Também estão vigorando pelas portarias emitidas por Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e Educação por diversos Estados e municípios da nação. Contudo, apesar de todos esses avanços em políticas de enfrentamento às discriminações homo-lesbo-transfóbicas e de respeito às identidades de gêneros, ainda nos deparamos com muitas cenas cotidianas de agressões, violências, assassinatos e torturas.

Dentro dessa perspectiva se faz necessário problematizar a respeito das composições que produzem as diversidades sexuais e de gêneros em suas dimensões plurais, ou seja, não existe apenas um modo de ser heterossexual, homossexual, bissexual, travesti, transexual ou intersexo, mas uma miríade de possibilidades de expressões humanas que variam de contexto para contexto, de acordo com seus marcadores sociais de classe, de raça/cor, de sexos, de gêneros, de estéticas corporais, de territórios geopolíticos, enfim, de estilos e modos de ser, estar e circular no mundo. Como a própria insígnia de composição da diversidade sexual indica falar de diversidades sexuais e de gêneros nos remete a pensar em um campo ampliado em que as diferentes cores do arco

íris possam ser consideradas fora de contradições e/ou de oposições em que um determinado modo de ser no mundo venha a ser catalogado como superior, e essa demanda não é nada fácil diante dos modos de subjetivação que se encontra em processo no mundo transcontemporâneo.

Muitos conceitos a respeito dos modos de ser hetero-homo-bissexuais precisam ser revistos e atualizados; isto implica em uma dimensão política e emancipatória de respeito às diferenças tomando como plano maior de análise o direito à vida.

Referências

- BEAUVOIR, S. *El segundo sexo: los hechos y los mitos*. v. I. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1987.
- BORRILLO, D. *Homofobia*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2001.
- BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTAÑEDA, M. *A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas*. São Paulo: A Girafa, 2007.
- CÓRDOBA, D.G. Teoria queer: reflexiones sobre sexo, sexualidad y identidad: hacia una politización de la sexualidad. In: CÓRDOBA, D.G.; SÁEZ, J.; VIDARTE, P. (Orgs). *Teoría Queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*. Barcelona: Egales, 2005.
- ERIBON, D. *Reflexiones sobre la cuestión gay*. Barcelona: Anagrama, 2001.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2006.
- FRIEDMAN, B. *The feminine mystique*. Nova York: NYT Book, 1963.
- LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. Trad. Suzana Funck. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MCINTOSH, M. *Image of deviance*. Londres: Stanley Cohen, 1968.
- MILLETT, K. *Sexual politics*. Illinois: Illinois University, 1969.
- MISKOLCI, R. Comentário. In: MISKOLCI, R.; SIMÕES, J.A. (Orgs) Dossiê Sexualidades Disparatadas. *Cad. Pagu*, n. 28, Campinas, jan.-jun, 2009.
- PARKER, R. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Best Seller, 1991.
- PARKER, R. *Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- PENEDO, S. L. *El labirinto queer: la identidad en tiempos de neoliberalismo*. Barcelona: Egales, 2008.
- PERES, W. S. Psicologia e Políticas queer. In: TEIXEIRA-FILHO, F.S.; PERES, W.S.; RONDINI, C.; SOUZA, L.L. (Orgs). *Queering: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea*. Cuiabá: EdUFMT, 2013.
- PERES, W. S. *Travestis brasileiras: dos estigmas à cidadania*. Curitiba: Juruá, 2015.

- PRECIADO, B. *Texto Yonqui*. Barcelona: Espasa, 2008. *Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1995.
- RICH, A. Heterossexualidad obligatoria y existencia lesbiana. Trad. María Soledad Sánchez Gómez. In: RICH, A. *Sangre, pan y poesía: prosa escogida: 1979-1985*. Icaria: Barcelona, 1986. pp. 41-86.
- RODRIGUÉZ, F.. *Diccionario gay-lésbico*. Vocabulario general y argot de la homosexualidad. Madrid: Gredos, 2008.
- RUBIN, G. (1975/1993). The Traffic in Women. In: REITTER, R. (Org.). *Toward anthropology of women*. Nova York: Monthly Review Press, 1975.
- RUBIN, G. (1984/1999). Thinking sex: notes for a radical theory of politics of sexuality. In: AGGLETON, P.; PARKER, R. (Org.). *Culture, society and sexuality: a reader*. Londres: UCL Press, 1999.
- RUBIN, G. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. Trad. Julio Velasco e Maria Angeles Toda. In: VANCE, C. S. (Comp.). *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina*. Madrid: Talasa Ediciones, 1989.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 20, 2, jul.-dez. 1995.
- SEDGWICK, E. K. *Epistemología del armário*. Barcelona: La Tempestad Ediciones, 1998.
- TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. *Revista Saúde Sociedade*. v. 2, n. 3, São Paulo, jul.-set. 2012.
- TIN, L. G. *Dictionnaire de l' homophobie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- VANCE, C. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *PHYSYS - Revista de Saúde*